

“A DIFERENÇA ESTÁ EM TODA PARTE”: ENTREVISTA COM ALEX RATTS

Kena Azevedo Chaves

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Brasil
Pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas, Brasil
kena.chaves@fgv.br

Helena Rizzatti

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas
Professora Efetiva Magistério Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil
helena.rizzatti@ufjf.br

Apresentação

Alex Ratts é graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP) e doutor em Antropologia Social na mesma instituição. Realizou estágio pós-doutoral em Geografia na UFC e é professor titular na Universidade Federal de Goiás (UFG). Além disso, é poeta e militante dos movimentos negro e lgbtqia+.

Tivemos o prazer de entrevistá-lo em formato online no dia 22 de janeiro de 2024 quando, pelo período de uma hora, nos brindou com uma aula pensando a interescalearidade necessária à pesquisa sobre as diferenças e desigualdades de raça, etnia, gênero e classe social na geografia brasileira. Na entrevista, Ratts destacou a pertinência de mobilizarmos os conceitos de Amefricanidade (Gonzalez, 1988) como categoria geográfica, em diálogo com a formação socioespacial (Santos, 1977), para abarcar tais problemáticas. O professor também afirmou a urgência em extrapolar a ideia de que questões étnico-raciais, de gênero e classe, devam se ater a disciplinas específicas. Realizou, ainda, o esforço de duas sínteses: das globalizações e da inserção do tema sobre as diferenças e desigualdades de etnia, raça e gênero na geografia apontando ausências, entaves e avanços.

Kena Chaves e Helena Rizzatti: Em alguns trabalhos o senhor enquadra a geografia como uma disciplina moderna e colonial, mas que passa por renovações epistemológicas importantes, sobretudo após os anos 1970. Raça e etnia, sem embargo, ainda são pouco abordadas nas pesquisas desenvolvidas na geografia brasileira, especialmente se buscamos o emprego de ferramental teórico afronegro. Desde essa perspectiva, quais os desafios para a ampliação das investigações neste campo?

Alex Ratts: Antes de responder à pergunta, quero destacar a importância do Dossiê que vocês estão organizando. Atualmente temos alguns Dossiês publicados em revistas de geografia e em revistas que tratam da temática étnico-racial, sobre Geografias étnico-raciais e Geografias Negras. Desde o ano passado, há um Grupo de Trabalho (GT) no ENANPEGE de Geografias Negras e alguns outros GT's com temáticas próximas à discussão étnico racial e/ou de gênero. Entendo isso como um movimento. Agradeço muito o convite, o Dossiê vai contribuir muito com esse debate.

De volta à pergunta, vou começar a responder a partir de dois processos que vivi na Geografia. Nos anos 1990, alguns de nós, pessoas de procedências geográficas distintas, começamos a estudar a temática étnica e racial como geográfica. Naquele momento, éramos quatro pessoas trabalhando essa temática: Milton Santos (USP), que então discutia o racismo, a corporeidade e ideia de “cidadania mutilada”; Rafael Sanzio Araujo dos Anjos (UnB), que publicava sobre cartografia africana e fazia um trabalho sobre quilombos; Andreilino Campos, na UFRJ. Nós dois não nos conhecíamos, mas tínhamos uma história de militância em comum, ele na década de 1970 em Niterói e São Gonçalo, e eu na década de 1980 no Ceará, depois na USP, fazendo mestrado. Nós quatro estávamos trabalhando na temática, notoriamente com diferentes acúmulos e trajetórias.

O outro movimento que quero mencionar é mais recente e crescente, e diz respeito aos geógrafos negros, negras e negres, além das pessoas não negras, brancas, asiáticas, e uma entrada bem mais recente de pessoas indígenas na academia. Tal presença recente traz novos elementos para os estudos na geografia.

Ainda assim, a Geografia dos anos 1970 tinha outras pessoas interessadas na temática, como Carlos Valter Porto Gonçalves, que trazia a percepção e análises sobre o sujeito negro e indígena, sobre mulheres e ainda mencionava o tema da sexualidade. Então, a questão é muito anterior, não é só geográfica, mas também bastante debatida no âmbito das leituras decoloniais. Essa última como discussão capitaneada por Aníbal

Quijano, Ramón Grosfogel, Nelson Maldonado-Torres, que apontam a modernidade como constituída no período colonial. A geografia é gestada também no seio dessa mesma lógica moderna-colonial. Na antropologia é muito nítida a relação entre o moderno e o colonial. O antropólogo homem branco, europeu ou estadunidense, vai em busca desse Outro nas áreas colonizadas na Ásia, na África e na América.

No livro *Por uma Geografia Nova*, Milton Santos diz que a geografia estava muito comprometida com a colonização, isso era notório, mas alguns geógrafos criticaram essa posição, outros preferiram não entrar no debate. Nos anos 1970, com a virada crítica, no Brasil e na Europa havia uma tendência em reconhecer os sujeitos da classe, operários, trabalhadores, camponeses, como agentes da transformação social. Isso vem em grande parte do pensamento marxista. Ao mesmo tempo, outra virada estava acontecendo no mundo ocidental e ocidentalizado: a virada negra, indígena, LGBT, por meio dos movimentos que ganharam fôlego nos 1960 em vários lugares. Não só nos Estados Unidos e Europa, mas também na África do Sul, no Brasil, por exemplo, emergiram movimentos negros, feministas e o movimento ainda chamado de homossexual. Mesmo assim esses movimentos não tinham uma grande ressonância na geografia brasileira, não havia um grande debate sobre a dimensão da diferença.

Logo após a segunda guerra mundial, a Unesco produziu um evento chamado Raça e História, em que a grande questão era a discussão sobre como trabalhar com a raça. Durante a segunda guerra, com base na diferença tratada como inferior, judeus, romani (“ciganos”), negros e pessoas lgbt foram perseguidos e exterminados, tais ações estiveram justificadas com base no racismo dito científico, e, por sua vez, sustentadas por uma ciência positivista.

Isso mostra que o que fazemos no campo da ciência tem a ver com premissas modernas coloniais. Quando falamos da geografia brasileira, está dividida em áreas internas: urbana, agrária, população, teoria e método, enfim, e dentro da disciplina nós tínhamos limitações quanto a encaixar tais questões. Elas estiveram durante as últimas décadas enquadradas como temas específicos e não como temas estruturantes da sociedade havendo dificuldade em como perceber raça, etnia, gênero, sexualidade e classe como estruturantes.

Há uma questão que é uma predominância em algumas vertentes do marxismo que consideram a diferença como secundária, como menor com relação à classe. Há talvez

uma comunicação truncada entre nós pesquisadores da temática, entre quem estuda gênero e questão étnico-racial, mas também entre quem investiga a chamada geografia agrária, urbana etc. Há uma dificuldade teórica em entender o que estamos chamando por classe, da mesma forma.

O mais importante, para mim, é que esse debate não se constitui primeiramente como científico, ele antecede. É um debate de existência. É um debate sobre povos, de grandes segmentos, que foram e são atingidos desde o final do século XV pela combinação entre capitalismo, racismo, sexismo, LGBTfobia, classismo. Algo que a teoria feminista, em especial a teoria feminista negra, vem trabalhando por meio da interseccionalidade, que ainda não tem muito enraizamento nos debates acadêmicos, ainda fica entre nós militantes das causas e especialistas nas temáticas de gênero e étnico-raciais.

O sociólogo Guerreiro Ramos diz: existe negro tema e negro vida. Para nós pessoas negras, é negro vida e negro tema, para algumas pessoas é só tema e para outras nem mesmo consta como estatuto de questão ou de tema. O que é preciso então? O nosso projeto – porque não é um projeto individual, mas sim um projeto coletivo – é sempre propor uma transformação da geografia. Incluir nesta disciplina as demandas que vêm de fora, demandas de todos esses povos e comunidades. A demanda é por uma mudança da ciência, se possível transformá-la por completo. Mas isso é um dever.

A demanda é reconhecer as questões raciais, negras, indígenas, africanas, de gênero e sexualidade como questões sociais, como reconhecido o estatuto das questões agrária e urbana, por exemplo. No final da década de 1980, estavam lançadas as bases desse cenário. Foi assim minha entrada na geografia, pelo departamento da UFG e a AGC – Seção Fortaleza que trabalhavam com comunidades de favela, pescadores e indígenas. Uma geografia acadêmica e militante.

Quando comecei a frequentar encontros de geografia urbana e de geografia cultural, eu não via uma abordagem dessas temáticas étnicas e raciais. Essas questões e temáticas estavam ausentes em quase todos os eventos da área, em todos os cursos de graduação e pós, em disciplinas passíveis de serem adaptadas com inserção das autorias negras e africanas. Isso reflete um processo de epistemicídio, processo opressivo de morte de saberes e conhecimento que está na base da ciência moderna. Onde estão os textos do Milton Santos sobre as questões raciais e sobre África? Onde estão as proposições dele

acerca dessas temáticas? Isso foi negado com ele presente na USP, da década de 1990, enquanto falava desses temas nas palestras e nos artigos, eu estava lá assistindo suas falas. Hoje continuam negando. O fato de não termos docentes negros e negras nas universidades, devido ao não cumprimento da lei de cotas raciais nos concursos públicos, é também uma continuidade do epistemicídio. Um problema que atravessa não só a Geografia, mas toda a gestão das universidades e reproduz o racismo acadêmico, combinado com o sexismo. Portanto, é preciso uma grande transformação na direção das universidades e dos cursos de graduação e pós. Obviamente há pessoas não negras que estão junto conosco, mas não podemos perder o protagonismo negro.

Todas as áreas da geografia, podem incorporar a questão racial e de gênero. Em minha experiência vejo isso como algo transversal. Pessoas negras estão na universidade discutindo as questões urbana e agrária, com atenção para lugares negros, segregação racial e espacial, assim como quilombos. Nesse sentido, gostaria de destacar um movimento importante que foi a construção de um GT da área de Geografia na Capes para ações afirmativas para questões étnico, raciais, regionais e de gênero, coordenado por Manuel Fernandes de Sousa Neto da USP. Isto é muito interessante, mas há algumas barreiras de reconhecimento. Como vocês mencionam no título do Dossiê, temos um movimento em curso, com avanços, mas ainda há ausências e entraves.

Tais ausências são muito visíveis quando enfocamos o caso das autorias afronegras. Dos anos 1980 para cá, vimos um movimento crescente de pesquisas na Geografia com olhar para todo o país, mas ainda com costuras que fazem com que as autorias do sudeste sejam mais conhecidas e referenciadas, o que tem a ver com o mercado editorial acadêmico. Quando falamos nos clássicos, são sempre homens brancos, nunca são mulheres. Não conheço clássico negro da geografia além do professor Milton Santos, então, não se trata de uma simples correção. Mas sim de entender como são essas tramas, entender como se constitui ou não se constitui um pensamento e uma autoria na ciência.

KC e HR: Em seu trabalho, a questão racial é apresentada como multiescalar, atravessando desde o cotidiano dos lugares às dinâmicas geopolíticas ao redor do mundo. Ainda assim, faria sentido pensar em escalas privilegiadas para tratar do papel das relações étnico-raciais na produção do espaço?

Alex Ratts: A questão racial de fato é multiescalar. São várias acepções, mas vou partir do pensamento de Milton Santos. Em alguns parágrafos de *A Natureza do Espaço* ele insere a dimensão corporal. Milton vinha tratando do assunto em 1995 e 1996, em uma palestra transcrita no Boletim Gaúcho de Geografia: “Por uma geografia cidadã e por uma geografia da existência”. Ele fazia leituras políticas deste tema desde *O Espaço Cidadão*, em 1987, e propunha um debate fundamental para o período da Constituinte. Nos anos 1990, falava do corpo e da corporeidade. Nesse momento, Milton Santos afirmava que era preciso ter individualidades fortes na sociedade, mas a depender do segmento, da nossa corporeidade, da lugaridade, poderíamos viver “cidadanias mutiladas”. Eu prefiro falar em cidadanias suprimidas. Em *O Espaço Cidadão*, de forma breve, ele inclui nessa noção os pobres, os negros e as mulheres. Trata também do assunto em textos posteriores, em palestras e entrevistas para jornais, produções que em nada são menores em relação a artigos e ensaios acadêmicos, pois trazem ideias de maneira resumida e compreensível. Ali o pensamento está sendo formulado e divulgado, o que aliás é muito interessante. Nesses textos, Milton Santos sempre se desculpa por não ser um especialista e propõe um debate a partir de corporeidade, mencionando inclusive a sua. Milton nos faz compreender que a raça vai do corpo ao mundo.

No cotidiano, os casos de racismo mais comentados nas nossas conversas caseiras e midiáticas são os xingamentos, agressões políticas, linchamentos, são sempre combinados com as dimensões do gênero e da classe. Vemos também a segregação espacial. Há aqui um problema teórico nos estudos da geografia urbana, que reproduziram em parte as ideias da Escola de Chicago e estas chegam para nós sem a racialização. A teoria queer nos chega bastante branca quanto ao predomínio nas autorias, e não é. Existe um pensamento Black Queer, existem pessoas negras no campo da teoria queer no Brasil trabalhando com a questão racial, porém são menos referenciadas. E há visões na Geografia para quem não caberia discutir raça na geografia urbana, muito menos na agrária. Do ponto de vista das geografias negras, são dimensões que não se separam.

Há uma questão regional no Brasil e nos EUA, onde temos dois exemplos da diáspora negra nas Américas. O Brasil é mais negro ao nordeste, mais indígena ao norte e centro oeste, e mais branco ao sul, em termos de demografia. Mas o que define que uma área do mundo, um bairro, uma localidade, uma região, é negra? Não é a demografia que define. É uma conjunção entre demografia, cultura e política, por exemplo.

Os movimentos negros se organizam desde muito cedo no Brasil, no século XX e a partir do Sudeste. Mas as negritudes, em várias espacialidades e escalas, estão presentes há muito tempo. Os quilombos, por exemplo, estão na Bahia, no Maranhão e no Pará. Mas estão presentes também no Amazonas e no Amapá, e existentes em todo o Brasil da costa. Todo o Brasil da costa tem população indígena e quilombola. No Sul do Brasil, há indígenas e quilombolas, há população negra, notoriamente na vida cotidiana e na cultura. Nos Estados Unidos, tem a questão Norte e Sul, em que no Sul, desde o período escravista, há estados e cidades com uma concentração significativa de população negra. São cidades negras, não apenas pela constituição da população, mas também pela cultura, pelo jazz, pelo blues. Assim como nas passeatas LGBT, como é o caso das paradas de Atlanta, por exemplo, que são negras. Temos essas áreas do mundo em que se reconhece a presença negra e indígena, como no Norte e Nordeste brasileiro. Temos um existir negro que não é reconhecido, por exemplo, no centro sul do país.

A geografia tem um potencial enorme para pensar como está percebida a questão negra, mas igualmente para apontar caminhos de mudanças e transformações. Na Geografia há potencial para tratar das dimensões escalares, do local, o lugar, a lugaridade, dos espaços e territórios, paisagens e corporeidades negras, indígenas, originárias e LGBT, numa perspectiva interserccionada. Ainda assim, não vejo uma ampla entrada nessa discussão da interseccionalidade, um pensamento sobre a dimensão racial vem de outras vertentes, a exemplo do feminismo negro.

Temos de fato dimensões escalares e a depender das escalas com quais trabalhamos podemos abordar a questão racial de muitas formas. Fazemos um rápido exercício que costumo apresentar na disciplina de Geografia da África: para haver automóvel na Bélgica, na Inglaterra, o empresário John Boyd Dunlop, considerado inventor do pneumático, para que seu filho pudesse brincar de bicicleta, e para que a Mercedes Benz promovesse corridas de automóvel, era necessária a importação da borracha. Para que a segunda revolução industrial acontecesse, que é narrada como se fosse concentrada sobretudo na Inglaterra, em Londres, Manchester e Liverpool, foi preciso importar a borracha que estava sendo coletada no Estado do Congo e na Amazônia. No Congo, uma família deveria produzir as cotas ditadas pela administração colonial que cobrava um imposto, chamado palhota. Quem não o fizesse sofria vários tipos de violência, como chicoteamentos e mutilações bastante denunciadas. Meu

interesse está na articulação disso com a revolução industrial. Como diz o professor Renato Emerson dos Santos, a Revolução Industrial é multitopológica e não é uma revolução que é somente propagada como modernidade, mas carrega a dimensão da colonização e do colonialismo sobre as terras e os corpos. O horror, o atraso e a escravidão não são modernos, mas são retomados na modernidade numa escala que não existia na humanidade. Na Amazônia, da mesma forma, a borracha foi produzida por meio de violências, endividamentos, tendo como base trabalhadores nordestinos e indígenas. Na Amazônia peruana, na produção da borracha, os agentes coloniais promoveram expulsões, cristianização forçada e genocídio, com centenas de etnias atingidas. Então, essa é a modernidade colonial. E vai do corpo ao mundo, um mundo ocidental e ocidentalizado, com supremacia branca.

KC e HR: Lélia Gonzalez, ao discutir feminismo e racismo na América Latina, cunha o conceito "Amefricanidade", que, por se tratar de uma condição transatlântica, carrega em si componentes para uma leitura geográfica complexa das formações socioespaciais latino-americanas. Propondo operacionalizar tal conceito, quais seriam os caminhos para geografar a Amefricanidade? Seria possível mobilizar a proposta de Amefricanidade em diálogo com a formação socioespacial?

Alex Ratts: No período que se começou a chamar de globalização, no final dos anos 1980 e início dos 1990, pensadoras e pensadores negros, negras, mas não somente, estiveram formulando perspectivas sobre as dimensões para compreender a grande ligação entre África, Europa e América, no nosso caso. Esse debate atravessou muitas disciplinas, foi feito para além do campo da geografia ou dos circuitos de pensadores com formação em geografia.

Antes disso, vale dizer que a intelectualidade negra pensa espacialmente e territorialmente com muita propriedade. Por exemplo, o quilombo não era um tema presente na geografia brasileira, visto no sentido pretérito, como apenas um reduto de escravizados fugitivos, e com um olhar direcionado principalmente para o Quilombo dos Palmares que, nas apreciações mais comuns teve duração entre 1630 e 1694, com a morte do Zumbi dos Palmares, no dia 20 de novembro de 1695, que é tornado pelo movimento negro como o dia da Consciência Negra. Abdias do Nascimento, artista, político, militante transnacional, exilado, com formação inicial em economia, pensa o Quilombo. Lélia Gonzalez, cientista social, cunha a categoria “político-cultural” de “Amefricanidade” e

de “feminismo afro-latino-americano”. Ou seja, ela racializa e regionaliza no sistema-mundo a ideia de “América” que vem de um grupo de psicanalistas. A ideia de que, além de América Latina, há uma “América Ladina”. A historiadora Beatriz Nascimento, cuja trajetória e obra eu estudo, traz a ideia de “Transatlanticidade”. No horizonte anglo-saxão, o sociólogo afroinglês Paul Gilroy publicou *Atlântico Negro* em 1993, nos EUA, e, em 2001, no Brasil. Mais à frente, Luiz Felipe de Alencastro cunha a ideia de *Atlântico Sul*. Beatriz Nascimento entende que a transatlanticidade é uma triangulação e fala sobre “poder fazer elos em uma história fragmentada, entre África, América e Europa”. Cada autora e autor faz análises com um horizonte geopolítico. Trabalho com a ideia de que existe uma geografia, ou uma geopolítica do conhecimento. Beatriz Nascimento, faz o campo a partir de Portugal, pensando a região Congo-Angola, a área com maior fluxo de africanos e africanas para as Américas, sobretudo o Brasil. Nossa maior base cultural negra é congolosa-angolana, de pensamento, de resistência, da territorialidade, da cultura linguística e etc. Cada autor ou autora vê essa geografia de uma perspectiva própria. Paul Gilroy pensando as colônias no Caribe, os fluxos da África para as colônias europeias, por exemplo, da Nigéria para a Jamaica. Lélia Gonzalez propõe América para pensar África, tanto da área Congo-Angola, assim como Nigéria-Benin, na África ocidental, também de muita relevância para a constituição das culturas negras nas Américas e no Caribe.

Uma pequena digressão: no primeiro número da revista *Hérodote*, o próprio Yves Lacoste no periódico entrevista Michael Foucault. Na entrevista, Foucault diz que a região, o território, a paisagem e outras categorias geográficas não são da geografia, vêm de antes: paisagem do campo da pintura, território é militar, região do império romano. Então, Amefricanidade, Transatlanticidade, podem ser noções geográficas. Se elas vêm de fora, então a questão é como incorporá-las, como foi feito com outras categorias. Não vejo problema nenhum em trabalhar com elas como geográficas.

Mas paremos para pensar sobre o pensamento geográfico, na linha da ideologia geográfica – noção cunhada por Antônio Carlos Robert de Moraes que foi meu orientador de mestrado, quando me propus a pensar os territórios negros e indígenas. No livro ele articula geografia, política e cultura, é um dos trabalhos que proporciona a discussão de espaço e cultura e fui trabalhar com Antônio Carlos por conta disso. Hoje, podemos dizer que temos ideologias geográficas negras. O quilombo, por exemplo, traz um pensamento

negro geográfico. E que está presente no pensamento do Milton Santos, no pensamento da Antônia dos Santos Garcia, que estudou raça, gênero e espaço urbano.

Trato de Amefricanidade na disciplina de Geografia da África, mas também no curso de Formação Territorial Brasileira. Da mesma forma, como posso tratar da interseccionalidade, que é uma teoria para discutir a situação das mulheres negras e de outras mulheres das classes populares, de áreas que foram colonizadas. Amefricanidade vem junto com a discussão sobre o colonialismo e a descolonização. Então, no texto, Lélia Gonzalez propõe que existe um colonialismo cultural e político, baseado no cristianismo imposto. Não é preciso tratar como se não fosse um problema geográfico, mas, a depender da formação teórica, política, da experiência social, pode escapar e não fazer as devidas correlações. Enfim, são transposições. Para mim é, sim, uma categoria geográfica. No caso de Lélia, existe ainda mais um elemento, pois ela fez uma graduação conjunta em história e geografia que existiu até os anos 1960.

E a formação socioespacial está, sim, nesse horizonte. Quando Milton Santos publica o artigo “Formação Socioespacial como Teoria e Método”, de uma certa crítica ao pensamento marxista, não só de Marx, por não olhar muito para a dimensão espacial. Ao mesmo tempo, Milton faz uma provocação para o debate da geografia crítica brasileira, de base marxista, para incorporar o debate sobre a “formação”, e não só sobre as formas. Quando isso se torna uma categoria teórica, metodológica e em uma determinada disciplina, é possível trazer para o debate geográfico a questão racial.

Por exemplo, a Europa que imaginamos uniforme, branca, não é una. A ideia de Europa se forma do século V ao XV. Existem as sociedades do norte, que hoje resultam na Finlândia e Noruega, onde habita o povo Sámi, um povo indígena, originário, que coloca a dimensão étnica como um debate importante no norte da Europa que é diferente da Europa ocidental. Enfim, em toda a Europa há questões raciais, étnicas, de gênero e das mulheres. Então podemos, sim, trabalhar com a formação socioespacial, e entender que essas formações foram constituídas sobre territórios originários.

Por sua vez, a noção de raça é biologizante e uma parte de nós não nos fixamos somente nela, porque esta é uma categoria com limites. Nós trabalhamos com as existências nas comunidades locais, como os povos e etnias, embora este seja um termo oriundo da antropologia. Então, vai depender de quem faz as transposições. É preciso delimitar bem quais linhagens de conceitos, noções, autores e autoras utilizamos para

apoiar essas transposições. Milton Santos, para formular a categoria formação socioespacial, se apoiou em autores e autoras latino-americanos, fez trocas e intercâmbios com autorias e epistemologias do Terceiro Mundo. Em síntese: se for para construir a formação socioespacial não racializada, para que serviria se visamos compreender a formação brasileira?

KC e HR: No marco da globalização neoliberal e da crise, é possível racializar e territorializar as análises? Levando em conta as conexões entre corpos racializados e os trânsitos escalares, como situar a discussão no debate da globalização?

Alex Ratts: Vou tentar englobar também o pensamento negro e descolonizador que tem a ver com o que denomino movimento negro acadêmico, juntar então globalização com diferenças e desigualdades.

No final do século XIX e início do XX, surge um problema nessa ciência moderna-colonial, que é o debate sobre o universal. O que é o universal? Na Geografia, Elisée Reclus - faz um Enciclopédia Universal [Nova Geografia Universal] - e também La Blache começa e outros, a exemplo de Lucien Gallois, continuam após sua morte. Naquele período, antropólogos, empresários, artistas e mercenários, faziam na Europa exposições universais, trazendo centenas de pessoas do mundo colonizado. Uma das mais importantes aconteceu em Paris, em 1889, momento em que a Torre Eiffel foi construída. Então, a exposição ao mesmo tempo que celebrava a técnica, fazia uma demonstração da extensão da colonização e inclusive do seu poderio sobre os corpos. Essas exposições aconteceram em Londres e na Bélgica, a exemplo de Tervuren, em 1897, com centenas de pessoas trazidas do Congo sendo expostas.

Reclus viveu nas Américas, percebeu e criticou o sistema escravista. Ele começa a obra falando dos primitivos, numa perspectiva que pode ser caracterizada como evolucionista, uma vez que se apoia numa linearidade que vai do primitivo ao civilizado. Mas, ao mesmo tempo, ele está interessado na diferença. Obviamente, ele não viajou pelo mundo inteiro, ele faz apropriações de estudos, relatos, fotografias, desenhos, mapas, inclusive um mapa dos povos indígenas na América do Sul, mostrando que os povos Guarani e Tupi tinham uma grande extensão. Por muito tempo na Geografia, nós não demos atenção a isso, não se discutia a territorialidade Guarani, por exemplo. Os Guarani estão no Brasil, no Paraguai e na Argentina. No Brasil, estão presentes no Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e nos estados do Sul.

Então, essa é a “globalização” da virada do século XIX para o XX, que não tem essa denominação, mas tem vários outros nomes, como partilha da África, revolução industrial – que não é exatamente uma revolução, pois não transformou as relações. Pelo contrário, as relações capitalistas são mais aprofundadas. Como dá a entender Max Sorre, está marcada por um processo de branqueamento da terra. Ele não usa exatamente esse termo, mas ele diz que as cidades do Sudeste e Sul do Brasil, por exemplo São Paulo, estavam embranquecendo. No livro *L’Homme sur la Terre*, no primeiro capítulo, Sorre discute raça e etnia. Um autor que praticamente não é considerado um clássico. Quando cheguei à USP, diziam “leia os clássicos” e preferi caminhar mais para esses que estou mencionando, são autores brancos e europeus, envolvidos com o pensamento do seu tempo que não necessariamente confrontam, mas que problematizam, questionam.

Retomando a globalização do século XIX, está posto o problema do universal, do primitivo e do civilizado, com base em um pensamento moderno-colonial. Isso está ali, por exemplo, em um dos volumes da obra de Reclus, com desenhos de mulheres e homens do Quissama, em Angola, ao Sul do Rio Cuanza. O desenho dos corpos étnicos, com suas marcas. Tudo isso presente nos registros dos viajantes que foram construindo esses imaginários europeus sobre como eram esses locais. Por exemplo, aqui no Brasil o imaginário de uma Amazônia indígena, mas não negra.

A globalização, no século XX, especialmente no final dos anos 1980 e início dos 1990, marcada pela mudança de fronteiras na Alemanha, a chamada “queda do muro de Berlim”, é conhecida entre nós como uma etapa de mudanças, não necessariamente vista como racializada. Mas a televisão mostra naquele mesmo momento um homem negro sendo violentado pela polícia de Los Angeles, e Beatriz Nascimento vai dizer que aquilo se torna visto e lido. Um caso em que a violência corporificada, espacializada e racializada, que em geral não extrapolava a dimensão local, passa a ser visto no mundo ocidental e ocidentalizado. Aqui a ideia de globalização se aproxima da noção de sistema-mundo de Immanuel Wallerstein para a qual aciono Samir Amim, economista egípcio, autor de um livro sobre o eurocentrismo. Esses pensadores, além de outros e outras, participaram dessa virada epistemológica, no início dos anos 1990. Naquele momento, debates importantes sobre a necessidade de repensar a ciência ganharam destaque.

Na Geografia, consideramos, talvez, que o conceito é algo que veio do século XIX, mas não que a ciência se transforma e se transformou nesse período. A ciência é

uma antes da segunda guerra mundial e outra depois. Ela tem “viradas”, que podem ser negadas, confrontadas, como foi nos anos 1960, a virada negra e indígena por exemplo, assim como as viradas LGTB e feminista. Nos anos 1990, tudo isso toma outras dimensões, mas não são percebidas, vistas ou incorporadas no debate geográfico da mesma forma.

Como disse no início, nos anos 1990, quatro geógrafos brasileiros – dentre os quais me incluo, ainda que em formação como pós-graduando – estávamos fazendo trabalhos sobre a questão étnica e racial. Ao mesmo tempo, feministas brancas anglo-saxãs discutiam a geografia feminista, tratavam da relação entre corpo e espaço. Nesse momento, grandes correntes de pensamento se fortalecem, correntes no sentido de fluir, de correntezas, que inclusive podemos até nos perder nelas, mas que também podem ter sua beleza como pensamento político. Hoje, não sei dizer como é e que nome dar a esse tempo que estamos vivendo, nem me arrisco, porque estou imerso como participante dele. E gosto muito de ver que a diferença que foi inferiorizada ou desconsiderada, a diferença de gênero, das mulheres, das mulheres travestis, mulheres transsexuais, gays, a voz de baixo, a voz colonizada, emergiu em todo o mundo.

O Mapa da Diáspora Africana de Joseph Harris, da Universidade de Howard, mostra que mesmo antes de 1500 houve diásporas, trocas do norte africano com o mediterrâneo, dentro do norte africano inclusive das áreas do Saara e do Sahel, com a península arábica, e posteriormente com as Américas, o Caribe e Europa. Então, o mundo tornou-se negro na modernidade colonial. Dessa forma, ninguém deveria estranhar no atual momento, em que não se usa mais a palavra globalização praticamente, que o time de futebol masculino da seleção da França seja, em maior parte, negro. Não há nada de errado ou estranho nisso. Esse é o reverso da globalização perversa, narrada como fábula e que podia ser vista como possibilidade, como dizia Milton Santos.

Por exemplo, em meados dos anos 1950, escritores, artistas negros, muitos deles homens, e poucos das Américas, ganhando espaço na Europa, sobretudo na França. Em 1970 e 1980, emergem os estudos sobre história da África e é publicada a coleção História Geral da África. Nos anos 1980, durante o período da Constituinte, antes da Constituição Federal, movimentos negros e feministas pautam os temas da educação e as questões de gênero, étnico-raciais e a história da África. No entanto, nossa pauta foi simplificada na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases para a educação, a LDB, que incluem apenas

uma frase sobre a história e cultura afro-brasileira no tocante ao ensino. Hoje, a tradução desse movimento está nas leis sobre ensino da história e cultura africana e afro-brasileira (Lei nº 10.639/03) e da história e cultura indígena (Lei nº 11.645/08), a primeira como um resultado do movimento negro acadêmico, pessoas e grupos negros que fazem a militância dentro da academia, estudantes-militantes, intelectuais-ativistas.

Então, ressalto grupos e redes no movimento das Geografias Negras que se conectam com o movimento Black Geographies, nos Estados Unidos e Canadá que se articulam inclusive dentro da Associação dos Geógrafos Americanos. Temos atualmente um Grupo de Trabalho na ANPEGE (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia), um GT de sujeitos, não somente temático. Em todos esses casos a diferença racializada, se tornou um movimento, emergiu num confronto de epistemologias, um movimento que me deixa muito animado. Hoje, não reclamo, o fazia quando estava na pós-graduação, apontando que a geografia não trabalhava esses temas, não digo mais. Hoje, essa movimentação dentro da geografia cresceu. As geografias das relações étnico-raciais, geografias negras, geografias feministas, geografia e gênero, constituem um significativo movimento. Não é mais possível negar a diferença como parte do debate geográfico, a diferença está em toda parte!